

Hoje, a leitura do Orçamento-89

GAZETA MERCANTIL

14 SET 1988

por João Alexandre Lombardo
de Brasília

O projeto de lei que trata do orçamento geral da União para 1989 será lido hoje, no Congresso Nacional, dentro do esforço concentrado previsto para esta semana. Na sessão, marcada para as 9h30, serão lidos, também, 24 decretos-leis, dois deles bastante polêmicos: o que atualizou o orçamento da União deste ano, e o decreto-lei referente às Zonas de Processamento de Exportação (ZPE). Ao todo, 69 decretos-leis ainda estão tramitando pelo Congresso.

A tarde, será a vez da Câmara dos Deputados fazer o seu "esforço". Ontem pela manhã, os líderes de todos os partidos se reuniram no gabinete do líder do PMDB, deputado Ibsen Pinheiro (RS), para discutir a pauta de hoje. Numa sessão que não superou a marca dos vinte deputados, foi aprovada a urgência para a votação de 32 matérias, sendo a maioria delas projetos de lei. Destaca-se, por exemplo, a convocação do ministro da Indústria e do Comércio, Roberto Cardoso Alves, para falar sobre

as ZPE. O projeto que proíbe, em todo o País, a utilização de clofluorcarbonetos em aerossóis tipo "spray", e o acordo feito entre o Brasil e o Paraguai para a restituição de veículos roubados nos dois países.

A leitura do projeto do orçamento geral da União para 1989 marca o início de sua tramitação dentro do Congresso. A matéria terá de ser votada até o próximo dia 15 de dezembro, quando começa o recesso parlamentar.

O decreto-lei que atualizou o orçamento geral da União deste ano, autorizando o Executivo a abrir créditos excepcionais, deverá gerar polêmica durante sua tramitação. Muitos parlamentares criticaram o uso do decreto-lei para a correção, que é feita via projeto de lei. A criação das ZPE é outro tema polêmico, que divide os parlamentares.

Dentre os 24 decretos-leis incluídos na pauta de hoje do Congresso, para leitura, estão: a reposição, em agosto, da Unidade de Referência de Preços (URP) congelada em abril, para os funcionários públicos; a

prorrogação, por mais cinco anos, de vigência dos incentivos fiscais para empreendimentos nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazonia (Sudam) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene); a alteração da denominação da Nuclebrás; além de decretos que promovem alteração no Imposto de Renda (IR) da pessoa jurídica.

A aprovação de um artigo, nas Disposições Transitórias da nova Constituição, fixando um prazo de 180 dias, após a promulgação da Carta, para a apreciação desses decretos-leis, permitirá que eles esgotem sua tramitação. Dentre os decretos-leis em tramitação, há dezenove aguardando parecer, todos dentro do prazo de sessenta dias para apreciação. O decreto que aumentou o piso para a declaração trimestral do IR, para quem tem dois empregos, é um deles. Há, porém, outros 26 decretos-leis em fase final de tramitação, destacando-se aquele que extinguiu o INCRA, e também aquele que dispõe sobre o adicional de frete para a renova-

ção da Marinha Mercante e o Fundo da Marinha Mercante.

O líder do PMDB, deputado Ibsen Pinheiro, explicou que as votações na Câmara se iniciam apenas hoje, porque não se pode votar os projetos de lei numa mesma sessão em que se aprova a urgência para eles. A sessão da Câmara, marcada para as 14h30, ocorrerá paralelamente à sessão do Senado. Ontem, foi votada apenas a urgência para a pauta de hoje.

O projeto que trata da aposentadoria voluntária aos servidores civis da União, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, e o acordo assinado entre o Brasil e o Paraguai, sobre prevenção, controle, fiscalização e repressão ao tráfico de drogas são algumas das matérias em pauta, para votação na Câmara.

As matérias que receberam emendas serão retiradas da pauta, enquanto aquelas que já receberam parecer serão votadas sem discussão. Os projetos que ainda não receberam parecer terão seus relatores designados dentro do próprio plenário.